

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa(s) especializada(s) em produção artística de eventos e espetáculos, para produção e execução do Espetáculo/Desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº 14.133/21, Art. 28, inciso I, em consonância com o Art. 17, § 2º
1.4	Período:	Período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e o dia 31 de dezembro de 2024.
1.5	Tipo:	Menor Preço por Item, nos termos da Lei nº 14.133/21

1.6 Contratação de empresa(s) especializada(s) em produção artística de eventos e espetáculos, para produção e execução do Espetáculo/Desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada em produção artística de eventos e espetáculos, para produção e execução do Espetáculo/Desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”.	12610	Und.	1

1.7 O prazo de vigência da contratação será o período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e o dia 31 de dezembro de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.8 Trata-se de serviço de bem comum, a ser contratado mediante Licitação, na modalidade Pregão Presencial.

1.8.1 De acordo com o Art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021, as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, sendo admitida a utilização da forma presencial, desde que devidamente motivada.

1.8.2 Neste sentido, a escolha de se realizar um pregão presencial, em vez de um pregão eletrônico, para a contratação de empresa(s) especializada(s) em produção artística de eventos e espetáculos, para produção e execução do Espetáculo/Desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, fundamenta-se em diversas razões técnicas e práticas, essencialmente ligadas à natureza artística e criativa do projeto, uma vez que a produção de espetáculos é um trabalho altamente criativo e artístico, exigindo uma compreensão aprofundada de conceitos visuais, estéticos e funcionais que são difíceis de serem completamente demonstrados em documentos escritos.

1.8.3 A transposição das ideias criativas e artísticas, que endossaram o projeto do Natal de 2024, para o papel é uma tarefa que, apesar dos esforços exaustivos da equipe técnica, não consegue captar toda a riqueza de detalhes e a visão artística pretendida. A complexidade intrínseca deste trabalho torna a descrição textual insuficiente para transmitir todos os aspectos necessários à execução do projeto.

1.8.4 Assim, no dia do certame, a presença física de um corpo técnico designado pela Secretaria Municipal de Turismo permitirá que todos os interessados obtenham esclarecimentos detalhados e específicos. Essa interação direta é crucial para assegurar que as empresas compreendam plenamente o escopo e os requisitos do projeto, fato que impede que essa interação seja meramente feita de forma virtual.

1.8.5 A possibilidade de responder às perguntas e sanar dúvidas em tempo real, clara e direta, garante que todos os concorrentes tenham acesso igualitário às informações, promovendo uma competição justa e transparente. A realização do pregão presencial diminui significativamente os riscos de mal-entendidos ou interpretações equivocadas que poderiam ocorrer em um pregão eletrônico, onde a comunicação é mediada exclusivamente por linguagem escrita, linguagem esta que conforme já pontuado, não traduz por completo a essência do objeto.

1.8.6 Em um pregão presencial, é possível realizar apresentações visuais, mostrar os projetos, e exemplos de trabalhos anteriores que ilustram com mais precisão as expectativas e requisitos do projeto. Isso facilita a compreensão do que se espera em termos de qualidade, estilo e, ainda, garante a fidelidade artística requerida no projeto, quesito importantíssimo para que o serviço seja considerado satisfatório.

1.8.7 Sendo assim, a demonstração prática de conceitos artísticos e técnicos proporciona uma base mais sólida para que os fornecedores possam elaborar propostas alinhadas às reais necessidades do município, em que a interação direta entre a equipe técnica e os fornecedores potenciais assegura que todas as especificações e exigências sejam plenamente compreendidas, reduzindo a probabilidade de problemas durante a execução do contrato.

1.8.8 Importante salientar que o pregão presencial preserva ainda todas as características essenciais previstas para um certame, sem prejuízo aos princípios inerentes às compras públicas.

1.8.9 Neste sentido, tendo em vista as características distintas do objeto e sua importância para o sucesso do evento, e na tentativa de oportunizar um certame mais assertivo, opta-se pela realização do presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com base nas justificativas apresentadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade tem por finalidade promover o turismo em Nova Friburgo contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, buscando criar uma imagem positiva do município com o objetivo de atrair visitantes e investimentos turísticos, além de elevar a sensação de pertencimento da população local.

2.2 Fundamenta-se o interesse público com base no disposto no Artigo 428, incisos XI e XII da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo e no Anexo I da Lei Complementar nº 79/2013, que versam sobre as premissas fundamentais e finalidades desta especializada.

2.3 A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade é responsável pelos certames licitatórios para organização de diversos eventos municipais, incluindo aqueles referentes à celebração do Natal.

2.4 Tendo em vista o sucesso das duas edições anteriores, e no intuito de valorizar o espírito natalino em nossa cidade, promovendo, mais uma vez, o encantamento, a beleza e a alegria, esta Secretaria Municipal de Turismo desenvolveu o projeto “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, composto por espetáculo em formato de desfile (Apêndice A).

2.5 A realização do espetáculo em formato de desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel” tem como princípio proporcionar belos e felizes momentos à população friburguense, além de abrilhantar a programação natalina da cidade, potencializando Nova Friburgo como um dos destinos mais procurados pelos turistas e visitantes nesta época do ano, movimentando assim a economia local e transformando definitivamente o Natal em mais um consolidado produto turístico de nossa cidade.

2.6 Estimativa das quantidades:

2.6.1 ITEM 1

I) O projeto do espetáculo em formato de desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel” prevê a contratação de 1 (uma) empresa especializada em produção artística de eventos e espetáculos para produção e execução de 1 (uma) apresentação semanal, com duração de aproximadamente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, preferencialmente aos sábados ou domingos, com início em 30 de novembro e término em 22 de dezembro de 2024. O referido período é composto por 4 (quatro) semanas, totalizando assim 4 (quatro) apresentações.

- 30 de novembro de 2024 (sábado) – às 20h
- 07 de dezembro de 2024 (sábado) – às 20h
- 15 de dezembro de 2024 (domingo) – às 19h
- 22 de dezembro de 2024 (domingo) – às 19h

II) As apresentações do desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel” poderão ser reagendadas em virtude das condições meteorológicas, bem como por necessidade e conveniência da Administração Pública, devendo, no entanto, ser respeitado o total de 4 (quatro) apresentações. Entretanto, na ocorrência de casos fortuitos, caberá a análise da equipe técnica da Secretaria Municipal de Turismo acerca da possibilidade de disponibilizar datas previamente estipuladas para a execução do serviço ora contratado.

III) O elenco do Espetáculo/Desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel” será composto por um total de 202 (duzentos e dois) artistas, conforme informações constantes do Apêndice A deste Termo de Referência, sendo:

TRUPE CIRCENSE	14
ATORES	26
BAILARINOS	66
FIGURANTES	96
TOTAL:	202

IV) Além do elenco, deverão ser contratados para compor a equipe de Produção:

PRODUTOR	1
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	2

COREÓGRAFO	1
ASSISTENTE DE COREÓGRAFO	1
DIRETOR	1
ASSISTENTE DE DIREÇÃO	1

V) Os quantitativos acima foram definidos através de análise técnica, com o objetivo de atender à temática do evento, garantindo a correta evolução e harmonia do Desfile, de acordo com o previsto no projeto.

VI) Além do elenco, deverá ser contratado um staff de no mínimo 150 (cento e cinquenta) pessoas, para organização dos camarins, transporte e armazenamento de figurinos, controle de acesso e presença, alimentação de elenco, limpeza dos espaços, suporte no backstage, harmonia e evolução na avenida, monitoramento e suporte operacional de trânsito.

VII) Para estimar tal quantitativo, são considerados fatores como o tamanho e a duração do evento, o número de participantes, a complexidade das tarefas envolvidas e as áreas que precisam ser supervisionadas. O quantitativo adequado de staffs permite uma distribuição equilibrada de responsabilidades, um atendimento eficiente aos participantes e a capacidade de lidar com qualquer situação imprevista que possa surgir durante o evento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade é responsável pelos certames referentes às licitações para organização de diversos eventos municipais, incluindo aqueles referentes à celebração do Natal.

3.2 Esta especializada tem por finalidade promover o turismo em Nova Friburgo, captando visitantes e investimentos, e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

3.3 Entendemos que a solução que melhor atende ao interesse público e à necessidade em questão, será a contratação objeto do presente Termo de Referência, via Certame Licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Presencial, fundamentada no Artigo 6º inciso XLI e no Artigo 28 inciso I da Lei 14.133/2021, em consonância com o parágrafo 2º, artigo 17 da Lei 14.133/2021.

3.4 No que tange à solução de mercado escolhida, consideramos que a contratação é tecnicamente viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, produzindo os resultados pretendidos.

3.5 O presente Termo de Referência objetiva a contratação de empresa especializada em produção artística de eventos e espetáculos, para produção e execução do espetáculo “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, em formato de desfile, a ser realizado na Avenida Alberto Braune, no Centro da cidade.

3.6 A empresa vencedora do certame deverá contratar, coordenar e remunerar todo o elenco, equipe e staff necessários à entrega de todos os serviços referentes à produção e à execução do espetáculo “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, sendo responsável também por todas as demandas e custos relacionados às possíveis necessidades de transporte, hospedagem e alimentação de elenco e equipe, e locação de espaços.

3.7 Será de total responsabilidade da Contratada todas as demandas e custos que envolvem a confecção, a manutenção e o transporte dos figurinos, adereços e demais itens a serem utilizados no espetáculo “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, desde a compra do material, à contratação, coordenação e remuneração de equipe técnica para confecção, manutenção e transporte das peças.

3.8 Para a perfeita execução dos serviços a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, nas quantidades e qualidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

3.9 A Contratada compromete-se a empregar na execução dos serviços apenas produtos de qualidade e que não provoquem alergias ou sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas.

3.10 A Contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo, em até 25 (vinte e cinco) dias, a contar da data de assinatura do Contrato, os protótipos dos figurinos e adereços a serem confeccionados pela empresa, de acordo os croquis dos figurinos, os quais deverão estar em total conformidade com as informações constantes do Apêndice A – Projeto “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, parte integrante deste Termo de Referência.

3.11 Uma equipe técnica será designada pela Secretaria Municipal de Turismo para avaliação e aprovação dos protótipos apresentados.

3.12 Caso os protótipos apresentados não sejam aprovados, a Contratada deverá fazer as alterações necessárias e apresentar novamente à Secretaria Municipal de Turismo, no prazo de até 5 (cinco) dias.

3.13 A Contratada deverá também:

- Arcar com todas as despesas referentes ao transporte, alimentação e hospedagem dos bailarinos/artistas, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.
- Arcar com todas as despesas referentes à produção da trilha sonora do Desfile, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.
- Arcar com todas as despesas referentes à eventual necessidade de locação de espaço para ensaios e/ou armazenamento de figurinos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.
- Providenciar, no mínimo, 2 (dois) caminhões-baú com motorista para transporte de figurinos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.

3.14 A Contratada compromete-se a executar um total de 4 (quatro) apresentações do Espetáculo “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, em formato de desfile, com duração de aproximadamente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, a ser realizado na Avenida Alberto Braune, no Centro da cidade, no período de 30 de novembro a 22 de dezembro de 2024.

3.15 As apresentações do desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel” poderão ser reagendadas em virtude das condições meteorológicas, bem como por necessidade e conveniência da Administração Pública, devendo, no entanto, ser respeitado o total de 4 (quatro) apresentações. Entretanto, na ocorrência de casos fortuitos, caberá a análise da equipe técnica da Secretaria Municipal de Turismo acerca da possibilidade de disponibilizar datas previamente estipuladas para a execução do serviço ora contratado.

3.16 A Contratada autoriza a Contratante a utilizar imagens do elenco em futuras ações de divulgação do evento natalino.

3.17 A Contratada deverá assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à CONTRATANTE ou a terceiros.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1 Para que sejam alcançados os elementos necessários e suficientes de forma que a contratação em tela atenda ao interesse público, a empresa especializada para produção e execução do Espetáculo/Desfile "Um Encanto de Natal – O Reino de Noel" deverá:

a) Ser uma empresa atuante no ramo de produção artística de eventos e espetáculos, com experiência devidamente documentada.

b) Confeccionar todos os figurinos e adereços do Espetáculo/Desfile de acordo com os modelos estabelecidos e disponibilizados previamente pela Unidade Requisitante.

c) Utilizar materiais de qualidade para a confecção dos figurinos e adereços, garantindo sua durabilidade e resistência.

d) Arcar com todas as despesas referentes à confecção, manutenção e transporte dos figurinos e adereços, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.

e) Arcar com todas as despesas referentes ao transporte, alimentação e hospedagem dos bailarinos/artistas, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.

f) Arcar com todas as despesas referentes à produção da trilha sonora do Desfile, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.

g) Arcar com todas as despesas referentes à eventual necessidade de locação de espaço para ensaios e/ou armazenamento de figurinos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.

h) Providenciar, no mínimo, 2 (dois) caminhões-baú com motorista para transporte de figurinos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública Municipal.

i) Apresentar 1 (uma) Declaração de Ciência do Projeto *Espetáculo "Um Encanto de Natal – O Reino de Noel"* (Anexo I deste Termo de Referência).

j) Apresentar 1 (uma) Planilha de Custos (Anexo II deste Termo de Referência).

k) Comprovar a regularidade fiscal da empresa, apresentando certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais, bem como a regularidade da empresa junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

l) Além da documentação exigida para Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista (Itens 8.12.1 e 8.12.2 deste Termo de Referência), **para fins de comprovação de Qualificação Técnica a Contratada deverá atender aos requisitos constantes do item 8.12.3 deste Termo de Referência.**

m) Todos os documentos apresentados deverão estar devidamente atualizados e dentro do prazo de validade estabelecido no edital.

4.3 Sustentabilidade:

4.3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

(<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-lanca-nova-edicao-de-guia-para-contratacoes-sustentaveis-na-administracao-publica-federal>)

4.3.2 A Contratada na prestação do serviço deverá atender, no que couber, aos critérios e práticas de sustentabilidade sob as suas diferentes dimensões (ambiental, social e econômica), devendo seguir a legislação citada anteriormente, bem como as demais que se aplicarem ao objeto em questão, valendo ratificar que a contratação em tela não gerará impacto ambiental relevante.

4.3.3 Geração de Resíduos Sólidos: A produção de resíduos sólidos, como madeira, utensílios de plástico e metal, é um dos principais impactos ambientais. O artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente. A logística reversa deve ser de responsabilidade da Contratada, que deve obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive para descarte de peças defeituosas e embalagens dos produtos utilizados.

4.3.4 Todo o resíduo reciclável gerado deve ser descartado em compartimentos adequados, em cumprimento às normas ambientais vigentes. Conforme Instrução Normativa SLTI/MP nº 2 de 4 de junho de 2014, os modelos de materiais e equipamentos consumidores de energia a serem alocados na prestação dos serviços deverão ser classificados com a classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

4.3.5 A Contratada deve se atentar a possíveis impactos ambientais de poluição sonora, assim como da poluição emitida através de possíveis equipamentos utilizados, como geradores. Quanto à poluição sonora, a Contratada deve verificar as Normas, Leis e Resoluções do Conama vigentes que versam sobre limites de volume (intensidade de decibéis) relacionados à atividade, para que o serviço seja prestado de forma regular e, ao mesmo tempo, respeitando a saúde dos turistas, munícipes e animais.

4.3.6 Quanto à poluição emitida por possíveis equipamentos utilizados, a Contratada deve estar atenta às medidas para diminuir a emissão de gases poluentes como, utilização de combustível de boa qualidade, manutenção do equipamento em dia, obedecendo também todas às Normas, Leis e Resoluções do Conama vigentes.

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 A empresa vencedora do certame deverá contratar, coordenar e remunerar todo o elenco, equipe e *staff* necessários à entrega de todos os serviços referentes à produção e à execução do espetáculo/desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, sendo responsável também por todas as demandas e custos relacionados às possíveis necessidades de transporte, hospedagem e alimentação de elenco e equipe, e locação de espaços para ensaios.

5.2 Será de total responsabilidade da Contratada todas as demandas e custos que envolvem a confecção, a manutenção e o transporte dos figurinos, adereços e demais itens a serem utilizados no espetáculo/desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, desde a compra do material, à contratação, coordenação e remuneração de equipe técnica para confecção, manutenção e transporte das peças.

5.3 Para a perfeita execução dos serviços a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, nas quantidades e qualidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4 A Contratada compromete-se a empregar na execução dos serviços apenas produtos de qualidade e que não provoquem alergias ou sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas.

5.5 A Contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo, em até 25 (vinte e cinco) dias, a contar da data de assinatura do Contrato, os protótipos dos figurinos e adereços a serem confeccionados pela empresa, de acordo os croquis dos figurinos, os quais deverão estar em total conformidade com as informações constantes do Apêndice A – Projeto *Espectáculo “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”*, parte integrante deste Termo de Referência.

5.6 Uma equipe técnica será designada pela Secretaria Municipal de Turismo para avaliação e aprovação dos protótipos apresentados.

5.7 Caso os protótipos apresentados não sejam aprovados, a Contratada deverá fazer as alterações necessárias e apresentar novamente à Secretaria Municipal de Turismo, no prazo de até 5 (cinco) dias.

5.8 A Contratada compromete-se a executar um total de 4 (quatro) apresentações do Espetáculo “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel”, em formato de desfile, com duração de aproximadamente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, a ser realizado na Avenida Alberto Braune, no Centro da cidade, no período de 30 de novembro a 22 de dezembro de 2024.

5.9 As apresentações do desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel” poderão ser reagendadas em virtude das condições meteorológicas, bem como por necessidade e conveniência da Administração Pública, devendo, no entanto, ser respeitado o total de 4 (quatro) apresentações. Entretanto, na ocorrência de casos fortuitos, caberá a análise da equipe técnica da Secretaria Municipal de Turismo acerca da possibilidade de disponibilizar datas previamente estipuladas para a execução do serviço ora contratado.

5.10 A Contratada autoriza a Contratante a utilizar imagens do elenco em futuras ações de divulgação do evento natalino.

5.11 A Contratada deverá assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da

execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos a CONTRATANTE ou a terceiros.

5.12 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRAZO
1	ASSINATURA DO CONTRATO	Após o certame licitatório
2	APRESENTAÇÃO DOS PROTÓTIPOS DOS FIGURINOS E ADEREÇOS	Até 25 (vinte e cinco) dias após a data de assinatura do Contrato
3	CONFECÇÃO DE TODOS OS FIGURINOS E ADEREÇOS	Até 1 (uma) semana antes do primeiro espetáculo
4	MANUTENÇÃO DE FIGURINOS E ADEREÇOS	Ao longo do prazo de vigência da contratação
5	APRESENTAÇÕES DO ESPETÁCULO/DESFILE	30 de novembro a 22 de dezembro de 2024

O prazo de vigência da contratação será o período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e o dia 31 de dezembro de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.2.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.11 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.12 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.

6.13 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.14 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.15 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.16 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.17 As apresentações do desfile “Um Encanto de Natal – O Reino de Noel” poderão ser reagendadas em virtude das condições meteorológicas, devendo, no entanto, ser respeitado o total de 4 (quatro) apresentações.

6.18 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.18.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.18.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.18.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.18.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o seguinte Cronograma de Desembolso:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

ETAPA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERCENTUAL DE PAGAMENTO
1	APÓS A CONFECCÃO E APROVAÇÃO DE TODOS OS FIGURINOS E ADEREÇOS	40%
2	APÓS AS 2 (DUAS) PRIMEIRAS APRESENTAÇÕES	30%
3	APÓS AS 2 (DUAS) ÚLTIMAS APRESENTAÇÕES	30%

7.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4 Da liquidação da despesa:

7.4.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.4.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.5 Do pagamento da despesa:

7.5.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas a seguir estejam dentro da validade: Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.5.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

7.5.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.5.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.5.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.6 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.12.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 Qualificação Econômico-Financeira:

8.13.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.13.3 Em se tratando de Empresário Individual, deverá apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.13.4 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.13.5 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.13.6 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.13.7 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.13.8 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.13.9 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.14 Qualificação técnica:

A) Ser uma empresa atuante no ramo de produção artística de eventos e espetáculos, com experiência devidamente documentada;

B) Possuir o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo, conforme Lei 11.771/2008, para a categoria Organizador de Eventos;

C) Apresentar 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, serviços de características similares ou compatíveis com as do objeto do presente certame;
O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, apresentando cópia do Contrato que deu suporte à contratação, ou da Nota Fiscal, ou do Empenho.

D) Comprovação de aptidão para a realização de eventos com 10 mil ou mais expectadores, através de Certidões ou Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo Conselho Profissional competente, quando for o caso;

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando cópia do Contrato que deu suporte à contratação, ou da Nota Fiscal, ou do Empenho.

E) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, pelo menos um profissional com registro junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT);

F) Apresentar Certificado relativo à NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenamento e Manuseio de Materiais.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

e) compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

f) compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

g) moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

- h) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;
- j) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmmf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade	17001.2369500362.327	170400000017	33.90.39.21

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Nova Friburgo/RJ, 21 de outubro de 2024.



RUBRICA: _____ FOLHA: _____

M^a Angélica Rocha Carmo M. dos Santos
Matr.: 115.191

José Eduardo Bueno Rocha
Matr.: 063.375

Ciente, de acuerdo:

Página 19 de 19